

O CONCEITO DE HISTÓRIA EM FOUCAULT: HISTÓRIA COMO DISCURSO

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira¹
Anderson Ferrari²

Resumo: O propósito deste artigo é explorar o conceito de história problematizado por Michel Foucault, argumentando que ele é importante para pensar o contexto atual de disputa em torno da história, que tem afetado o Ensino de História. Estamos partindo da afirmativa de que a história como discurso produz efeitos nos currículos, no ensino e nos sujeitos. Para isso, vamos partir de uma reivindicação do atual governo Bolsonaro para comemorar o golpe militar, o que está na esteira da disputa em torno de uma “nova” história para esse fato, negando a existência da ditadura militar e suas violências. Nossa perspectiva teórica está centrada no arcabouço foucaultiano.

Palavras-chave: História; Discurso; Golpe Militar; Sujeitos; Verdade.

The concept of history in Foucault: history as speech

Abstract: The purpose of this article is to explore the concept of history problematized by Michel Foucault, arguing that it is important to think about the current context of dispute around history, which has affected the Teaching of History. We are starting from the assertion that history as discourse produces effects on curricula, teaching and subjects. For this, we are going to start from a demand of the current Bolsonaro government to commemorate the military coup, which is in the wake of the dispute over a “new” history for this fact, denying the existence of the military dictatorship and its violence. Our theoretical perspective is centered on the Foucaultian framework.

Keywords: History; Speech; Military coup; Subjects; Truth.

INTRODUÇÃO

Em 2021, o Tribunal Regional Federal da 5^a. Região acolheu uma reivindicação do governo federal que solicitava o direito de comemorar o golpe militar de 1964, considerado, pelo governo Bolsonaro, como um “marco para a democracia brasileira”. Essa decisão foi mais um passo na disputa que vinha se arrastando desde 2020, quando o Ministério da Defesa publicou, no site oficial da instituição, uma “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964”³.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (juliacmfogueira@hotmail.com)

² Universidade Federal de Juiz de Fora (aferrari13@globo.com)

³ Neste documento o governo afirma que o “movimento de 1964” é parte da história do Brasil sendo, portanto, um evento que deve ser compreendido e comemorado como um marco da história do país. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021> Acesso em: 16 abril 2021.

Como resposta a essa provocação, o Partido dos Trabalhadores (PT) acionou a justiça exigindo que ela fosse removida da página oficial do governo, o que foi acatado sob a alegação de que tal comemoração era inaceitável para uma democracia e que feria os valores democráticos presentes na Constituição de 1988. O governo Bolsonaro, por meio da Advocacia-Geral da União, recorreu da decisão argumentando que negar essa possibilidade de comemoração seria “negar a discussão sobre qualquer perspectiva da história do Brasil, o que seria um contrassenso em ambientes democráticos, visto que o Estado Democrático de Direito pressupõe o pluralismo de ideias e projetos”, como afirma o texto do recurso (FREY, 2021, s/p).

Também buscando sustentação na Constituição de 1988 e no Estado Democrático de Direito, o recurso do governo sustentava que impedir a “efeméride para o dia 31 de março de 1964, representa impor somente um tipo de projeto para a sociedade brasileira, sem possibilitar a discussão das visões dos fatos do passado – ainda que para a sua refutação” (FREY, 2021, s/p).

O exemplo acima é apenas mais um evento decorrente da crescente polarização no debate político que temos presenciado e enfrentado no que diz respeito aos usos e abusos do revisionismo ou mesmo do negacionismo e que tem colocado o conhecimento histórico e as concepções do que é a história em disputa. Até então, o golpe de 1964 e a ditadura militar eram alguns dos temas sobre o qual podíamos dizer que havia um certo consenso entre historiadores e professores de História⁴ e na sociedade de forma geral, sem que isso negasse interpretações variadas e revisões resultadas de pesquisas científicas.

No entanto, uma nova onda parece ter tomado o país nos últimos anos, alcançando seu ápice com a ascensão de partidos de direita, resultado de uma força conservadora que tem afetado a opinião pública com essa proposta de um revisionismo sob a alegação de combater o que seria uma falsidade ideológica da História, “contaminada” por discursos e narrativas advindas da esquerda. A defesa seria por uma história pura, neutra, isenta de ideologias, como se isso fosse possível. As consequências desses ataques têm sido preocupantes e têm afetado o conhecimento histórico, o Ensino de História, as práticas docentes, os livros didáticos, o currículo, enfim, têm causado efeitos negativos no conhecimento histórico acumulado e sistematizado na historiografia ao longo de anos e de

⁴ Ao longo do artigo, vamos distinguir a história com “h” minúsculo e com “H” maiúsculo para tratar, no primeiro caso, da história como história vivida, como fato histórico vivido, enquanto no segundo caso, como historiografia, disciplina escolar e ciência histórica.

pesquisas com diferentes perspectivas teóricas. Nessa onda, traz-se para o centro um discurso sobre a História que desde a redemocratização se via recolhido a poucas instâncias, como o Clube Militar e alguns grupos de direita, herdeiros da visão que a ditadura tinha sobre si mesma (CASTRO, 2008).

As distorções sobre a causa do golpe e o negacionismo acerca da ditadura militar têm colocado o debate da história em termos que não são minimamente razoáveis e nem racionais. Segundo Patrícia Valim e Alexandre de Sá Avelar (2020), o negacionismo histórico ficou mais evidente a partir do pós-segunda guerra com a negação do extermínio dos judeus, quando algumas pessoas adquiriram certa popularidade, ao afirmarem que essa teria sido uma grande farsa histórica, engendrada por forças e interesses políticos e econômicos ligados a Israel.

Os autores afirmam ainda “que não se deve simplificar o entendimento do negacionismo histórico, reduzindo a complexidade do problema ao baixo repertório cultural e intelectual dos falsificadores da história” (VALIM; AVELAR, 2020, s/p). A questão é mais complexa, de maneira que, mesmo “que os negacionistas sejam pessoas moralmente condenáveis, não estamos diante de um problema cognitivo” (VALIM; AVELAR, 2020, s/p). O que os historiadores Patrícia Valim e Alexandre Avelar (2020) defendem é que seria mais “adequado pensar o negacionismo histórico como o elemento estruturante de uma certa governamentalidade contemporânea” (VALIM; AVELAR, 2020, s/p). Governamentalidade é um conceito do arcabouço foucaultiano para dizer de um regime de poder com características próprias e que tem como foco o governo da população, uma biopolítica. Esse conceito pode ser definido como “um conjunto de instituições, procedimentos, análises e táticas que adquirem sentido e forma quando articuladas pelo negacionismo histórico” (VALIM; AVELAR, 2020, s/p).

Ao associar o negacionismo histórico a “uma certa governamentalidade contemporânea”, o que os autores nos convidam a pensar é que a produção de conhecimento e a história são discursos e resultados de relações de poder que têm efeitos nos sujeitos e nos seus pertencimentos identitários. Mais do que isso, eles demonstram que o perigo está na apropriação e no exercício do poder para negar, atingir e mesmo excluir um grupo no seu direito à memória e à história.

Não queremos dizer com isso que tomar a História como discurso se limite aos perigos dos seus usos. O que queremos argumentar, neste artigo, é que a história, como prática discursiva, produz efeitos, tem suas potencialidades e seus

desafios (RAGO, 2017). É uma dessas potencialidades, segundo Margareth Rago, é que os “historiadores são, desta feita, obrigados a prestar atenção ao discurso, à maneira pela qual um objeto histórico é produzido discursivamente e à própria narrativa que constroem ou reproduzem” (RAGO, 2017, p. 11). O presente texto se propõe, portanto, a discutir como o conceito de história em Foucault possibilita pensar a história como construção discursiva e como ela abre possibilidades para outros objetos, saberes e sujeitos históricos.

HISTÓRIA E DISCURSO

Podemos dizer que o discurso é um dos temas mais explorados e centrais nas investigações de Michel Foucault. Na sua obra clássica “Arqueologia do Saber”, Foucault (2005) investe num entendimento de história como construção, como um sistema de dispersão de enunciados, apostando na noção de monumento como rastros deixados pelos homens e como espaço para o trabalho com a memória, chamando atenção para a possibilidade sempre aberta de intervenção dos sujeitos. Assim, pensar na relação entre história e discurso é sempre trazer o sujeito para o debate, seja como produtor da história e, ao mesmo tempo, resultado dela.

A arqueologia, entendida como a primeira fase ou “domínio da ontologia foucaultiana” (VEIGA-NETO, 2003), marca o interesse do autor pela análise do discurso como forma de problematizar o que seria uma arqueologia dos saberes. O autor nos convida a pensar como os saberes se constituem, como vão sendo aceitos e tomados em sua positividade. A aposta é questionar as condições de emergência dos discursos e suas relações com os saberes e com os sujeitos: como vamos sendo constituídos e assujeitados por saberes? Tal questionamento nos ajuda a analisar o entendimento do golpe militar de 1964 como motivo para se comemorar e o surgimento dessa proposta exatamente neste momento político brasileiro. Que instituições acolhem e reivindicam o saber do golpe militar como positivo? Por que essa proposta surge neste contexto político? Quais são os seus efeitos no Ensino de História e nos sujeitos? Enfim, para além da especificidade de se comemorar ou não o golpe militar, o que estamos colocando em discussão, a partir das provocações da arqueologia do saber e dos discursos, é quem está autorizado a dizer o que, em que momento e sob que condições?

A proposta de comemorar o golpe reivindica, ao mesmo tempo em que se ancora, num entendimento dos acontecimentos de março de 1964 e seus desdobramentos como positivo para a sociedade brasileira e, portanto, como

motivo para comemorar, compreensão esta que remonta à narrativa histórica criada e defendida por aqueles que fizeram não apenas o golpe, mas a subsequente ditadura (CASTRO, 2008). Há um tipo de saber que é acionado e reivindicado nessa proposta, ou seja, teorias que são sistematizadas e que se efetivam através de discursos considerados científicos e, portanto, verdadeiros, aceitos e valorizados como um modo de saber. Quando trabalhamos com Ensino de História é isso que fazemos, acionamos saberes advindos de teorias sistematizadas, avaliadas como verdadeiras e reconhecidas. São exatamente essas formas de lidar com os saberes que Foucault coloca em questão, mostrando ser necessário tratá-las “no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2005, p. 28).

É essa provocação para pensar a constituição da história como construção e como resultado desse jogo discursivo que nos parece potente para o campo da história e do Ensino de História porque nos convida a pensar como os saberes se constituem e o que significa ensinar para a compreensão do conhecimento. E, em última análise, em que sujeitos queremos investir com determinados conhecimentos e formas de conhecer?

“Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso” (FOUCAULT, 2005, p. 28). Quando o autor nos convoca a suspender essas continuidades que formam o conhecimento histórico, ele não está autorizando a recusa desses conhecimentos. “Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção”, de tal maneira que o convite é colocarmos em investigação as regras para “definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas” (FOUCAULT, 2005, p. 28). É isso que está em jogo quando problematizamos a reivindicação de se comemorar o golpe militar de 1964, ou seja, o que é legítimo e o que não pode ser admitido. Não nos parece razoável e legítimo admitir comemorações de um movimento que tomou o poder a força, desrespeitando a vontade popular, desconsiderando o republicanismo e iniciando um período de perseguição política, de ataque e exclusão de direitos civis, violências, desaparecimentos e mortes.

Mas é esse uso da história e suas formas de saber que a arqueologia do saber nos ajuda a problematizar, já que ela trabalha com as condições históricas de determinados saberes, da possibilidade de determinados saberes. Não nos

parece por acaso que esse saber do golpe como positivo para a democracia brasileira ressurgiu, exatamente, neste contexto político tensionado pelo conservadorismo e por uma tentativa de militarizar instituições civis, quando Bolsonaro, herdeiro de uma tradição vista no Clube Militar e em alguns grupos de direita - que se sentiram particularmente atacados a partir de eventos como a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, e a possibilidade de abertura dos arquivos da repressão em 2004, ambos movimentos que prometiam mexer na memória da ditadura -, sobe ao poder (SHCMIDT, 2007; PERLATTO, 2019). Trabalhar com a arqueologia do saber é estabelecer esses procedimentos de investigação em torno dos discursos e dos saberes, é quase uma metodologia em que se busca escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados.

O discurso é definido, então, como “um domínio imenso (...) constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2005, p. 29-30). O que está em jogo nessa relação entre discurso e saberes é colocar em suspeita nossas formas de pensar, de agir e de estar no mundo num determinado contexto, já que o acontecimento discursivo é entendido como acontecimento histórico. Não podemos esquecer que a questão central dos estudos foucaultianos são os modos de subjetivação, ou seja, como nos tornamos o que somos? Assim, esse procedimento arqueológico de análise do discurso está diretamente ligado à ação e aos seus efeitos nos sujeitos, servindo para entendê-los como resultados dos discursos, como assujeitados aos saberes. A arqueologia do saber poderia ser resumida na relação ser-saber. As práticas discursivas acionam, definem, adotam e modificam saberes, fazem aparecer concepções, lugares de fala dos sujeitos, constroem objetos. Os discursos estão abertos às possibilidades de utilização e apropriação dos saberes.

Keith Jenkins (2017) argumenta que a história é um, dentre vários discursos os quais existem no mundo. Esses discursos não apenas criam o discurso da história, mas dele se apropriam, atribuindo-lhe significado. Nesse sentido, história e passado não são a mesma coisa; o passado é o objeto de estudo da História. Ambos não se correspondem, mas também não detêm entre si união suficiente para que seja possível apenas uma leitura histórica sobre passado (JENKINS, 2017).

Assim, a produção da verdade histórica se coloca como produção discursiva, como uma das possíveis formas de dar sentido ao passado, disputando

espaço com outras representações, como as da literatura, do cinema etc. (PEREIRA; SEFFNER, 2008). Contribuindo para esse entendimento da história como produção discursiva, Keith Jenkins (2017, p. 28) chama atenção para que, “embora os historiadores e todos os outros não inventem a paisagem (...), eles realmente formulam todas as categorias descritivas dessa paisagem e quaisquer significados que se possa dizer que ela tem”. Com essa afirmação o autor parece afastar a ideia de que a história esteja vinculada ao relativismo, ligando-a a um sentido de Ciência, de tal forma que os discursos produzidos pelos historiadores seguem diretrizes metodológicas que garantem um sentido de verdade à história, mesmo que não seja uma verdade absoluta. “Eles elaboram as ferramentas analíticas e metodológicas para extrair dessa matéria-prima as suas maneiras próprias de lê-la e falar a seu respeito: o discurso” (JENKINS, 2017, p. 28).

A partir dessa citação de Keith Jenkins (2017), podemos entender que a história se coloca assim como um discurso próprio, criador de narrativas que dão sentido ao mundo em que vivemos. Ela trabalha com o passado, algo que de fato ocorreu, mas sobre ele aplica interpretações, relações de causalidade, entre outras ferramentas analíticas próprias do discurso, que então se juntam na formação de relatos históricos.

A epistemologia da História seria, assim, muito frágil. Tanto pela impossibilidade de compará-la ao seu objeto para “atestar” sua veracidade (o passado já passou, tudo que se pode fazer é comparar um relato aos outros relatos históricos), quanto pelo fato de que é a distância entre o passado e a história que permite que se continue fazendo História (se fosse, efetivamente, possível saber de uma vez por todas, não seria necessário escrever História). A partir dessa fragilidade epistemológica, temos a possibilidade de múltiplas interpretações, múltiplos discursos históricos (JENKINS, 2017).

HISTÓRIA E VERDADE

Problematizar as relações entre história e verdade é também questionar as ligações entre ciência e verdade. Problematizar essas relações se inscreve num modo de pensar a verdade, um modo foucaultiano de lidar com os saberes e, nesse sentido, de colocar em investigação as formas históricas de constituição da verdade. Com isso, não estamos afirmando a História, como disciplina e como ciência, como detentora da verdade, como produtora de uma verdade, mas como participante dos jogos de verdade (FOUCAULT, 2013).

A História como uma ciência e como uma disciplina a ser ensinada foi se constituindo como esse lugar da verdade, como aquela que promete a verdade, o que só parece possível porque esse fazer-se ciência diz de um entendimento de verdade como aquele ligado a um conjunto de procedimentos metodológicos e epistemológicos que permitem dizer, a cada momento e aos sujeitos, enunciados que serão avaliados e aceitos como verdadeiros. A verdade, olhada por esse viés, não é uma instância suprema, tampouco algo que está lá escondido esperando para ser revelado, mas é resultado de uma certa relação com o discurso, uma relação que tem história. Falar da História como verdade nos exige pensar numa história da verdade. Foucault nos ensina que, ao invés de questionar a uma ciência em que medida sua história a aproximou da verdade, seria mais importante questionar como se organizou essa história da relação entre História, verdade e discurso (FOUCAULT, 2013).

Isso que nos parece importante, se voltarmos para a disputa construída na introdução deste artigo, ou seja, o que está em jogo quando o governo Bolsonaro defende o direito de se voltar a comemorar um ato de origem da ditadura civil-militar brasileira é a disputa pela verdade, uma verdade que é resultado de discurso. Remontando a uma tradição do período, de se comemorar de forma pública, ele busca um tipo de verdade, através de um discurso. Não que estejamos defendendo esse direito à comemoração como possível e não consideramos que haja argumentos razoáveis para tal defesa no campo da história. O que estamos propondo na recuperação dessa reivindicação de comemoração é explorar a relação entre discurso e história como jogos de verdade.

Logo no primeiro momento, o argumento acionado para defesa pela comemoração é o mesmo utilizado pela justiça para negar tal proposta: a Constituição de 1988. Na construção dos argumentos em favor da comemoração, são acionados não somente o enunciado do Direito, mas também do Estado Democrático de Direito para acusar a negativa como uma forma de “impor somente um tipo de projeto” para a sociedade, o que iria contra a Constituição. O jogo, para Foucault, é um conjunto de regras de produção de verdade (FOUCAULT, 2013). Daí sua ligação com o discurso, ou seja, como o discurso participa ou aciona essas regras de produção da verdade, como procedimentos que conduzem a um determinado resultado.

Perseguindo a analítica foucaultiana (FOUCAULT, 1979), podemos dizer que existe uma “política da verdade”. “Creio que o importante é que a verdade não está fora do poder nem carece de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Afirmando que a verdade é uma produção deste mundo, Foucault (1979) vai pensá-la atravessada por relações de poder. Produzida neste mundo graças a coerções e poderes múltiplos, ela também possui “efeitos regradados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros (...)” (FOUCAULT, 1979, p. 12).

A tentativa do governo Bolsonaro parece ser a de estabelecer uma nova política de verdade para o golpe militar e para a ditadura civil-militar, uma que retoma uma política de verdade da própria ditadura e que, de acordo com o autor Celso Castro (2008), permaneceu para militares que dela participaram, fechando-se cada vez mais a espaços como o Clube Militar (onde comemorações do golpe continuaram a ocorrer, mesmo depois da redemocratização) e que se torna novamente uma competidora quando um herdeiro dela, o presidente, passa a defendê-la. O governo seria essa instância que distinguiria os enunciados verdadeiros ou falsos, sancionando os conhecimentos, buscando substituir ou se apoderar do estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro.

Nessa proposta de estabelecer uma história da verdade na nossa sociedade, Foucault (2006) vai elencar cinco características dessa “política da verdade”, o que nos inspira a pensar nessa disputa em torno dos sentidos e da verdade do golpe militar.

A primeira característica é que essa política estaria centrada no discurso científico e, portanto, nas instituições que o produzem. O governo Bolsonaro não parece negar a história e o trabalho dos historiadores como produtores do discurso científico e verdadeiro. Muito pelo contrário, ele também se apegava à história no seu sentido de produção de verdade, defendendo que a história é múltipla e com diferentes versões, de tal maneira que a sua defesa não perca legitimidade. Ele busca se aproximar dessa instituição para se legitimar, recorrendo a testemunhos e narrativas que confirmem sua posição, principalmente muitos que vêm à tona durante as disputas relacionadas à instalação da Comissão Nacional da Verdade, quando a “grande mídia” tornou a imprensa arena pública de debates na tentativa de combater um suposto “revanchismo” presente em tal política, e assim dando voz a militares e personagens que propõem essa visão da ditadura (PERLATTO, 2019; SCHMIDT, 2007).

A segunda característica é que a verdade está constantemente submetida à incitação política. A produção de verdade é atravessada por relações de poder, visto que ela diz da construção de sujeitos. Quando o governo Bolsonaro defende a comemoração do golpe, ele está incitando uma verdade que incidirá sobre que tipo de sujeito tal governo pretende formar.

A terceira característica é aquela que possibilita a disputa em torno do golpe militar, visto que afirma que a política da verdade é objeto de consumo e de difusão.

A quarta característica diz da produção e distribuição dessa verdade, que estará sob o controle dos aparatos políticos. Nesse sentido, não basta, para o governo Bolsonaro, entrar na justiça reivindicando o direito de comemorar o golpe militar, ele também investe nos aparatos de distribuição dessa “nova verdade” através de novos sentidos para o golpe na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na política dos livros didáticos, na perseguição aos professores que têm uma visão crítica ao golpe, enfim, ele entra no jogo pela disputa da verdade utilizando-se da sua força.

Trata-se, assim, da quinta característica, ou seja, a verdade é essa colocação em jogo da disputa política e das lutas sociais. Como a história e os historiadores respondem a isso?

Muitas vezes se argumentaria por parte dos historiadores que o conhecimento e a legitimidade viriam de regras e procedimentos metodológicos rígidos, limitadores da liberdade interpretativa. Para Jenkins (2017), no entanto, essa limitação (do que é possível interpretar a partir dos vestígios) não está realmente nos métodos, ou nas “provas” e, sim, na ideologia. Isso parte principalmente do fato de que diferentes ideologias geram métodos completamente diferentes e, por vezes, discordantes entre si. Assim, embora sejam todos igualmente rigorosos, não se tem uma forma clara de se selecionar entre eles que não parta da ideologia que os forma e define sua atuação. Para Foucault (2013), pensar na história da verdade e na história como resultado dessas disputas é referir-se ao trabalho da ideologia sobre as práticas dos sujeitos. Estamos em meio a uma luta pela história, pela verdade, pela História como disciplina a ser ensinada que passa pelo discurso, pela luta de classes, de forma que podemos dizer que se trata da materialização da ideologia.

Keith Jenkins aponta como existe uma suposta dicotomia entre o que seria uma “história ideológica” e uma “história propriamente dita”. Essa distinção seria

uma forma de implicar que a tal história “propriamente dita” é uma versão não ideológica da história e, portanto, a versão correta (JENKINS, 2017). Esse é o argumento central do governo Bolsonaro na defesa por uma nova política da verdade em torno da história do golpe militar, ou seja, que eles estariam limpando a história da ideologia, como se houvesse uma história pura, verdadeira, legítima e merecedora de ser comemorada, difundida, transmitida. É um argumento perigoso por ser construído na oposição entre história com ideologia e história sem ideologia, o que tem um apelo na opinião pública pela segunda.

No entanto, como fica evidente a partir do que Foucault problematiza como o começo da história, ela é sempre ideológica, “a história nunca se basta; ela sempre se destina a alguém” (JENKINS, 2017, p. 40). E ela não se basta, justamente porque todo significado que a ela é atribuído vem de fora, provindo, portanto, a partir de um local, de uma ideia (JENKINS, 2017). Para Paul Veyne (1998), a história deve ser compreendida como uma narrativa e, como tal, ela não revive os acontecimentos. O historiador produz o que conta e essa produção não é, exatamente, o que os homens reais viveram, daí a diferença entre passado e história, como explora Keith Jenkins (2017).

Esse entendimento da história como narrativa parece organizar a disputa em torno da comemoração do golpe militar e do seu significado para o governo Bolsonaro. Sendo uma narrativa, ela possibilita visões variadas sobre um mesmo acontecimento, sem que isso signifique um relativismo ou mesmo um “vale tudo”, mas que são definidas a partir das articulações do historiador com o que narra, o que faz com que alguns aspectos sejam considerados menos relevantes a um determinado propósito. Na tentativa de colocar essa “nova verdade” como a única, negam-se as bases ideológicas da decisão e se alega que, ao comemorar o evento do golpe, se está, na realidade, colocando uma História sem ideologia.

Formações sociais específicas querem que suas histórias expressem coisas específicas. As posições dominantes da história (geralmente essa que se coloca como “não ideológica”) são do interesse dos blocos dominantes e estão sempre sendo retrabalhadas e reordenadas por todos os afetados pelas relações de poder (JENKINS, 2017). As pessoas no presente precisam de antecedentes para se localizarem no agora e legitimarem seu modo de vida atual e futuro. “Todas as classes e ou grupos escrevem suas respectivas autobiografias coletivas. A história é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas identidades” (JENKINS, 2017, p. 42).

Dessa forma, o golpe militar e a ditadura têm significado distintos, sendo diferente para um militar, para partidos de direita, para uma pessoa que viveu o período e sofreu com as violências, para defensores dos direitos humanos, enfim, variados relatos são construídos para o mesmo objeto. O olhar para os documentos e para outros procedimentos de investigação parte de posições distintas, de maneira que não existe um único documento de época que possa nos garantir a afirmação de uma análise que seja “a” correta, “a” verdadeira. As narrativas se originam de posições distintas e, muitas vezes, divergentes. “A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento, ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo” (VEYNE, 1998, p. 18-19).

Isso não significa dizer que a história é uma simples interpretação dos fatos, modificados em sua essência segundo a vontade do historiador, mas, sim, que ela produz variações, possibilidades de análise dos fatos segundo critérios metodológicos e epistemológicos. A partir dos séculos XVII e XVIII, com o estabelecimento da sociedade industrial capitalista e, um pouco mais tarde, com o surgimento das grandes nações no século XX na Europa, a análise histórica foi afetada por uma certa ideologia burguesa interessada em mostrar como as grandes unidades nacionais (necessárias ao capitalismo) teriam vindo de longa data. Assim, a História se coloca como disciplina através da qual a burguesia justifica seu “reinado”, colocando, nessa suposta lenta maturação do capitalismo, o direito de ela ocupar o poder. A História nasce e se desenvolve nesse sistema ideológico (FOUCAULT, 1972). E é esse discurso histórico que se propõe como a História “propriamente dita” e “não ideológica”, a partir da qual se alimenta o governo de Bolsonaro, visando constituir uma memória da ditadura específica e, como consequência, alterando a formação dos sujeitos que aprendem essa “História”.

HISTÓRIA E SUJEITO

Edgardo Castro, em “Vocabulário de Foucault”, argumenta que “a relação entre o sujeito e a história constitui, sem lugar de dúvidas, o eixo em torno do qual se pode compreender toda a sua produção intelectual, desde as primeiras até as últimas obras” (CASTRO, 2004, p. 203). O sujeito aparece, para Foucault, como sua principal investigação, com o questionamento de “como nos tornamos o que somos”. Nesse sentido, a história, muitas vezes, aparece, reforçando identidades, consolidando nosso presente.

Para Foucault, não há sujeito sem assujeitamento, de maneira que todos os sujeitos são constituídos no interior dos saberes. Essa forma de pensar a formação dos sujeitos implica ainda mais a função da história, do Ensino de História e dos discursos, já que são instâncias diretamente responsáveis pela constituição dos sujeitos. Isso parece estar absolutamente claro na defesa que o governo Bolsonaro faz do golpe e da ditadura civil-militar das décadas de 1960 e 1970: busca, com tal reinvidicação, um sujeito contrário às lutas sociais, em favor da disciplina e controle militar, numa evidente luta atravessada por relações de poder.

As relações de poder são sempre relações de enfrentamento, com possibilidade de resistência. É por haver essa possibilidade real de resistência que o poder de quem domina se esforça para se manter com tanta força e tanta astúcia. Essas relações de poder se transformam em saberes, formas de nomear, de produzir verdades (FAVACHO, 2010). Por isso, a reordenação das mensagens a serem transmitidas é necessária de forma contínua, uma vez que as necessidades de dominantes e subordinados estão sempre sendo retrabalhadas no mundo (JENKINS, 2017).

Essa luta do governo Bolsonaro é a demonstração de que não existe história sem ideologia. Ele próprio reforça aquilo que diz refutar, ou seja, ele investe numa história ideológica. “O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder (...)” (JENKINS, 2017, p. 39-40). Nesse sentido, podemos dizer que o governo Bolsonaro busca hegemonizar suas próprias versões da história e classificar as demais como ilegítimas e impróprias para serem transmitidas, buscando sua exclusão. Isso exige de nós uma vigilância e resistência que não somente diga “não”, mas que consiga construir uma resistência criativa e inventiva na sala de aula, nos cursos de formação docente, na produção de material didático.

Portanto, esse discurso histórico baseado no liberalismo (ao qual se liga historicamente o empiricismo, que é justamente este que se acha a “história propriamente dita” e não ideológica) tem sua defesa de uma “imparcialidade” do historiador que a escreve, de uma pesquisa da história pela história em que seria possível fazer o documento “falar por si próprio” (JENKINS, 2017), que consolida identidades e nações, que defenderia, no Governo Bolsonaro, testemunhos de militares da época como “evidências” que “comprovariam” definitivamente a versão por ele defendida. Isso exige que estejamos sempre

atentos às produções discursivas da história, já que essas disputas que analisamos aqui são apenas uma parte das controvérsias das mensagens que são transmitidas e que afetam os sujeitos. Trabalhar com a história e com o Ensino de História é pensar em que sujeitos estamos constituindo com a transmissão dos saberes que nos constituem. Como destaca Keith Jenkins (2017, p. 40-41), “as necessidades dos dominantes e/ou subordinados estão sempre sendo retrabalhadas no mundo real à medida que eles procuram mobilizar pessoas para apoiarem seus interesses”.

Jenkins (2017) chega à conclusão de que, entendendo “a história dessa maneira (como uma série de interpretações todas elas posicionadas), fica claro não existir nenhum critério não posicionado com que se possa julgar o grau de parcialidade” (JENKINS, 2017, p. 66). Nesse caso, a história é feita pelo debate, não somente em torno do que é a história, mas, sobretudo, para quem é a história? Ao deslocar a pergunta o que é a história para “para quem é a história”, podemos dizer que a “história está fadada a ser problemática, pois se trata de um termo e um discurso em litígio, com diferentes significados para diferentes grupos” (JENKINS, 2017, p. 41).

Foucault problematiza também a ideia da imparcialidade. A História efetiva que ele defende não deve temer ser um saber perspectivo. Não se deve apagar o lugar de onde se olha, o momento em que se está, o partido que se toma etc. É um olhar que sabe de onde olha e o que olha. Para isso, faz-se o sacrifício do sujeito do conhecimento, da pretensa neutralidade do querer saber (FOUCAULT, 1971). O próprio conceito de documento entra nessa disputa, deixando se ser visto como a encarnação da verdade ou mesmo na dicotomia de “verdadeiro e falso”, para ser entendido como monumento, construído intencionalmente por pessoas e circunstâncias históricas (PEREIRA; SEFFNER, 2008). A própria seleção de documentos a serem trabalhados e que chegam ao presente diz de escolhas do historiador e de resultados de disputas de poder. O governo Bolsonaro vai na oposição dessa História efetiva, propondo uma em que escritores “imparciais” falam as “verdades ocultas” do nosso passado que os demais historiadores estariam tentando esconder por suas próprias ideologias.

Dessa forma, a história efetiva, como colocada por Foucault, faz frente a essa história liberal que esconde seu posicionamento, suas escolhas, finge ser universal e “não ideológica”. É uma história consciente da sua posição como discurso, que percebe e expõe o que Margareth Rago escreve sobre construirmos uma narrativa de passado a partir das fontes que existem, os recursos teóricos

metodológicos escolhidos e um olhar marcado pela atualidade, nossa inserção cultural e social e nossa subjetividade (RAGO, 2017).

Mesmo quando se propõe a colocar um discurso histórico “verdadeiro e único”, o Governo Bolsonaro não consegue desviar do olhar marcado pela atualidade. Como foi dito previamente, até recentemente a História que falava da ditadura via como consenso diversas das questões agora negadas pelo negacionismo apoiado por Bolsonaro, desde o golpe até torturas. No entanto, dentro da imprensa se via um debate que começa com as discussões acerca da possível abertura dos arquivos da repressão e depois com a instalação da CNV, muito motivada pelo medo daquilo que os militares chamam de um “revanchismo” (SCHMIDT, 2007; PERLATTO, 2019). O fato de esses prévios consensos serem questionados para se fazer uma comemoração do golpe só demonstra como a versão de ditadura defendida por Bolsonaro é uma produção do presente, que visa responder e criar efeitos na atualidade, ancorada numa disputa de memória que vem ocorrendo desde a redemocratização, com momentos de tensão especial nos governos do PT, durante os quais se abriram cicatrizes que as políticas anteriores buscaram apagar.

A história como análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes, proposta por Foucault, tem como noções fundamentais não o tempo e o passado, mas, sim, a mudança e o acontecimento. A história se coloca como um emaranhado de tempos que se envolvem uns nos outros, na medida em que se desenlaça da “grande continuação única” e em seu lugar colocando durações múltiplas, portadoras de acontecimentos múltiplos (FOUCAULT, 1972).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos fazer, neste artigo, foi problematizar a construção do conhecimento histórico como discurso, atravessado por relações de poder. Trata-se de uma análise que tomou a perspectiva foucaultiana como central para pensar as relações entre saberes, discursos, história e sujeitos. Para isso, tomamos como provocação a disputa em torno dos significados do golpe militar para o governo Bolsonaro e sua disputa por uma “nova história” desprovida de ideologia. Nesse sentido, algumas considerações podem ser trazidas a título de encerramento do debate. Na fase genealógica de Foucault, a história efetiva seria constituída pela proveniência, também chamada de “corpo história”, e emergência, também chamada de “saber prática”. Ambos os termos se inserem nos estudos das

relações de poder (FAVACHO, 2010). É na complexa trama das relações de poder e de saber que se pode entender como as verdades são inventadas, produzidas (FAVACHO, 2010).

A história efetiva, para Foucault, na genealogia, deve ocorrer a partir de rupturas, utilizando-se do estudo da “proveniência” que busca não as similaridades que tornam aquilo parte de um grupo, mas o que o torna diferente deste (FOUCAULT, 1971). Assim, pretende-se entender a proliferação de acontecimentos que formam um conceito, uma característica, para fazer não uma grande continuidade, mas mostrar que o passado, o que passou, é uma dispersão, situando acidentes, falhas e cálculos errôneos que tornaram reais o que existe e tem valor para nós. “É descobrir que, na raiz do que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 1971, p. 266).

A História efetiva é diferente da dos historiadores por não se apoiar em nenhuma constância. Tudo que torna possível retrair a história como movimento contínuo é sistematicamente destruído, tudo que o jogo dos reconhecimentos permitiria deve ser destruído. Essa história faz surgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo, ao invés de dissolvê-lo em uma continuidade ideal (movimento teleológico de uma história tradicional) (FOUCAULT, 1971). Por trás das coisas, há algo completamente diferente, que não é um “segredo essencial atemporal”, mas, sim, o segredo de que essa coisa é sem essência ou que sua atual essência é resultado de uma constituição peça por peça a partir de outras figuras (FOUCAULT, 1971).

A busca por uma verdadeira essência original, que configura a busca pela origem e a busca pela verdade, permeia a história que não se reconhece como discurso, aquela história supostamente “propriamente dita”, a história que Foucault historiciza e problematiza em seu conceito de história. Apesar dessa discrepância entre palavra e o mundo, as coisas parecem se corresponder. Contudo, o que faz de certas coisas expressáveis e outras não (o que faz de algumas coisas verdades e outras não) é o poder (JENKINS, 2017). É uma história que “desestabiliza e fratura o passado, de modo que nas rachaduras nele abertas se podem produzir novas histórias” (JENKINS, 2017, p. 102), que é o fim pretendido por Jenkins de se entender a história como um discurso: retirar a “inocência” da história, vinculando-a aos poderes que a constituem (JENKINS, 2017).

Assim, analisando a História enquanto discurso, pensando na História Efetiva de Foucault, podemos perceber que o que Bolsonaro tenta fazer, dentro das disputas de poder, é estabelecer um novo discurso histórico hegemônico, um que se aproveita do caráter da História de algo que está em permanente construção a partir do presente para se fixar, mas que, ao se colocar como verdade e “não ideológico”, pretende eliminar e se sobressair aos demais como a única interpretação (por mais ilegítima que esta seja). Entender a História enquanto discurso nos permite historicizar essa pretensa narrativa, problematizá-la e entendê-la a partir de suas propostas e objetivos, restituindo a ela o caráter de discurso ideológico. Essa análise também nos permite visualizar parte dos objetivos que esse Governo possui para a constituição dos sujeitos e da nação, entendendo o que se pretendia com a “reconstrução” de nossa História Nacional.

Foucault não pretende explicar passado ou presente, ter lições morais ou mesmo dar soluções: ele quer uma história dos problemas, das problematizações, tendo o presente como descontinuidade por excelência. Para isso, é preciso substituir começos naturalizados por outros inventados/construídos por sujeitos, traçar a história de nova maneira (FAVACHO, 2010). A partir dessa história proposta por Foucault, temos a possibilidade não apenas de entendê-la enquanto discurso, mas, a partir dessa compreensão, agir para produzir histórias que, partindo do presente, deem voz às pessoas apagadas das narrativas tradicionais, fazendo frente a discursos e propostas que neguem e retirem os direitos à memória e à história de grupos oprimidos e excluídos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al, (org.). **Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. cap. 6, p. 119-143. ISBN 978-85-225-0667-5.

FAVACHO, André Marcio Picanço. Rir das solenidades da origem: ou o inesperado da pesquisa em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 555-569, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000200009. Acesso em: 9 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. 1971 Nietzsche, a genealogia, a História. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos II: Arqueologia das**

Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 260-281.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. 1972 Retornar a História. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 282-295.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III**. Org. Manoel Barros da Motta. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.

FREY, João. Governo tenta garantir na Justiça direito de celebrar o Golpe de 1964. UOL Congresso em Foco, 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/justica/governo-tenta-garantir-na-justica-direito-de-celebrar-o-golpe-de-1964/> Acesso em: 16 abr. 2021.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2017.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, 2008.

PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78 - 100, maio/ago. 2019.

RAGO, Margareth. A História repensada como ousadia. In: JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, ed. 26, p. 127-156, 2007. DOI <https://doi.org/10.22456/1983-201X.5394>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/5394> . Acesso em: 11 maio 2021.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, 2020.



Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>
Acesso em: 16 abr. 2021.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Recebido em 03 de junho de 2021

Aprovado em 09 de setembro de 2021